

da idade média à contemporaneidade ambientes e musealização

Sessão 1. Na última década, assistimos a um aumento exponencial das intervenções arqueológicas em contextos urbanos. O aumento generalizado das preocupações com a defesa dos valores patrimoniais, associado à progressiva disponibilização de instrumentos de ordenamento e planeamento de âmbito municipal, o desenvolvimento de legislação aplicável e a maior eficácia das entidades responsáveis pela tutela do património edificado e arqueológico, conduziu ao desenvolvimento da arqueologia preventiva e à criação de empresas de arqueologia e gabinetes municipais.

O território leste transmontano e duriense não ficou excluído e também aqui têm vindo a ser criadas estruturas municipais ligadas à protecção e divulgação do património, e têm vindo a ser desenvolvidas intervenções importantes. Pretendeu-se com a presente sessão discutir o “estado da arte” face a este conjunto de intervenções, de características muito diversas mas que têm vindo a ocorrer nos diversos centros históricos.

Sessão 2. A organização de uma sessão relativo à conservação da natureza, prende-se com a ligação sólida entre arqueologia e o território, mas também pelas semelhanças entre problemáticas relativas à protecção e valorização do património natural e arqueológico. Debateram-se temas ligados à agricultura, ao ecoturismo, à conservação da natureza, em exemplos sectoriais e concretos, e incluiu-se uma vertente mais teórica e conceptual, relacionada com os meios de protecção e de ordenamento do património.

Sessão 5. Os processos de patrimonialização de sítios arqueológicos, na óptica da respectiva musealização, constituem o tema da presente secção, constituída no intuito de revisitar experiências concretizadas ou em projecto, no território em causa, e simultaneamente contribuir para aprofundar a sua eficácia em termos de fruição pública.

entidades organizadoras do congresso:



Centro Nacional de Arte Rupestre



Parque
Arqueológico
Vale do Côa

entidades financiadoras da edição:



COMISSÃO DE
COORDENAÇÃO DA
REGIÃO CENTRO



PROGRAMA
OPERACIONAL
DA REGIÃO CENTRO



Governo da
República Portuguesa



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu de
Desenvolvimento Regional



04

da idade média à
contemporaneidade
ambientes e
musealização

**III congresso
de arqueologia**
trás-os-montes,
alto douro
e beira interior

actas das sessões

Figueira de Castelo Rodrigo, 15 de Maio de 2006

04

**da idade média à
contemporaneidade**
ambientes e
musealização

**III congresso
de arqueologia**
trás-os-montes,
alto douro
e beira interior

actas das sessões

índice

6 prefácio

António Edmundo

sessão 1

7 introdução

Paulo Dordio e Miguel Rodrigues

17 acta 1

O urbanismo e a arquitectura do Sabugal Velho (Aldeia Velha, Sabugal). Tentativa de caracterização de uma aldeia fortificada no Riba-Côa dos séculos XII-XIII

Marcos Osório

26 acta 2

A vila de Vinhais: da sua fundação e amuralhamento

Armando Redentor

35 acta 3

O Castelo de Torre de Moncorvo na Idade Média face aos resultados da intervenção de 2001

António Chéney

43 acta 4

Identificação do Fosso da Cerca de Torre de Moncorvo

César Guedes

49 acta 5

Povoamento e organização do território nas regiões de Chaves, Vila Real e Lamego (séc. IX-XIV)

Ricardo Teixeira

64 acta 6

As escavações arqueológicas na área urbana da Vila Velha de Vila Real

Lídia Baptista

79 acta 7

Vestígios materiais da guerra. A destruição da Capela de S. Marcos, em Trancoso, no ano de 1385

Maria Antónia Athayde Amaral, Paulo Morgado, Ricarda Moura e António Coelho Rocha

90 acta 8

Trás-os-Montes e Alto Douro na construção da economia moderna (séculos XV-XVII)

Amândio Jorge Morais Barros

sessão 2

99 **introdução**

Ana Lúcia Berliner

100 **acta 9**

Turismo de Natureza e Gestão de Áreas Naturais

José Manuel Alho

108 **acta 10**

Das Áreas Protegidas aos Parques Arqueológicos, uma analogia: o processo de criação, a gestão e os planos de ordenamento

Fernando Pau-Preto

123 **acta 11**

Exemplos da gestão do património natural do PNDI: estratégias de conservação

Vítor Baptista

sessão 5

126 **introdução**

Graça Araújo

acta 12

127 **Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa: subsídios para o programa museológico**

António Faustino Carvalho e António Nabais

acta 13

131 **Recuperar a memória da Vila Velha de Vila Real: da investigação à musealização**

Ricardo Teixeira e João Ribeiro da Silva

acta 14

154 **O santuário de São Salvador do Mundo de São João da Pesqueira. Estudo e proposta de valorização patrimonial: I – ARQUEOLOGIA**

J. A. Gonçalves Guimarães

acta 15

161 **A valorização dos povoados proto-históricos. Experiências (Citânia de Briteiros). Ideias para projectos (Senhora do Castelo – Urros)**

Francisco Sande Lemos, Carla Braz Martins e Gonçalo Cruz

acta 16

174 **Um discurso pedagógico para a arte rupestre do Vale do Côa: o processo de criação do Serviço Educativo do PAVC**

Marta Mendes

acta 17 (extra)

181 **El Mapa de Forrester – Aspectos históricos relativos a la navegación del Duero (en los 250 años de la *Região Demarcada do Douro* 1756-2006)**

Emilio Rivas Calvo e Carlos d'Abreu

ficha técnica

Editor

Associação Cultural Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão

Título

Actas do III.º Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior

Coordenação do Congresso

Alexandra Cerveira Lima, António Martinho Baptista, António Sá Coixão

Coordenação Editorial das Actas

Alexandra Cerveira Lima, André Tomás Santos, António Martinho Baptista, António Sá Coixão, Luís Luís

Coordenação Científica da Sessão 1 Territórios de Fronteira. Reorganizações seculares (da Baixa Idade Média à Época Contemporânea)

Miguel Rodrigues, Paulo Dordio

Coordenação Científica da Sessão 2 Património Natural: Como estamos de conservação?

Ana Berliner, Dalila Correia, Jorge Silva

Coordenação Científica da Sessão 5 Musealizar em arqueologia: Experiências, horizontes, públicos

Graça Araújo

Autores

Alexandre Matos, Ana Berliner, António Chéney, António Coelho Rocha, António Edmundo, António Faustino Carvalho, António Nabais, Armândio Jorge Morais Barros, Armando Redentor, Carla Braz Martins, Carlos d'Abreu, César Guedes, Dalila Correia, Emilio Rivas Calvo, Fernando Cabral, Fernando Pau-Preto, Francisco Sande Lemos, Gonçalo Cruz, Graça Araújo, J. A. Gonçalves Guimarães, João Muralha, João Ribeiro da Silva, Jorge Silva, José Manuel Alho, Lídia Baptista, Marcos Osório, Maria Antónia Athayde, Marta Mendes, Miguel Rodrigues, Paulo Dordio, Paulo Morgado, Ricarda Moura, Ricardo Teixeira, Sandra Naldinho, Vítor Baptista

Gestão Editorial

Setepés.Arte

Revisão de Textos

Sessão 1 Autores

Sessão 2 Dalila Correia e autores

Sessão 5 Graça Araújo

Design

Gina Ferreira

Pré-Impressão, Impressão e Acabamentos

1ª Edição, 2008. Porto

ISBN: 978-972-99799-3-4

Depósito Leal

Tiragem

1000 Exemplares

Introdução

O resumo do estudo que agora apresentamos é o resultado dos trabalhos arqueológicos realizados no âmbito da requalificação do Centro Histórico de Torre de Moncorvo, entre os dias 6 de Agosto e 6 de Dezembro de 2001.

Os objectivos prendiam-se com a identificação, estudo, salvaguarda e valorização dos vestígios arqueológicos no espaço anexo aos edifícios dos CTT, da Câmara Municipal e da Capela do Sagrado Coração de Jesus.

A entidade proponente dos referidos trabalhos foi a Câmara Municipal de Torre de Moncorvo.

Os trabalhos arqueológicos em epígrafe foram executados pela empresa Arqueohoje, Conservação e Restauro do Património Monumental, Lda.

A direcção dos trabalhos arqueológicos ficou a cargo de António Chénery (director) e de Pedro Sobral de Carvalho (co-director).

Fizeram parte da equipa de campo João Miguel Perpétuo, Filipe João Carvalho dos Santos, Alexandre Valinho, Joaquim António Moura, Carlos Manuel Santos Rocha e um conjunto de trabalhadores auxiliares.

Em 2004, durante a realização, nos concelhos de Vila Nova Foz Côa e Meda, do “I Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior”, tivemos oportunidade de apresentar de uma forma pormenorizada os resultados obtidos.

O estudo em causa está publicado na revista “Côavisão – Cultura e Ciência”, nº 7, ano de 2005, que corresponde exclusivamente às Actas do referido congresso.

O espólio arqueológico e os registos estão depositados no Museu do Ferro em Torre de Moncorvo.

1. Sondagem 1

Identificou-se um troço da cerca construída em alvenaria de xisto, com 2.40 m de largura e uma altura conservada de 1 m – U.E. [146].

Adossado a esta cerca encontra-se um enorme e robusto torreão semicircular com 8 m de diâmetro e uma altura conservada de 2 m – U.E. [144].

Esta estrutura foi edificada através da disposição de fiadas horizontais de lajes de xisto, algumas de grandes dimensões, sumariamente consolidadas com terras argilosas.

A cerca em alvenaria de xisto tem uma orientação paralela ao troço da cerca construída em granito – U.E. [142].

Este último tem uma largura de 2.60 m, e era considerado desde há muito, como sendo o troço original da cerca da vila de Torre de Moncorvo.

Construído com silhares em granito, possuem no entanto, um formato irregular.

O adarve, tem nesta zona uma largura de 2.20 m.

Esta cerca em granito, prolonga-se para o interior do castelo, tendo sido incorporada nas edificações desse espaço, nomeadamente na torre de menagem e numa outra torre de menores dimensões.

Como também é possível constatar, pertencente a esta cerca, existe uma torre rectangular – U.E. [141] que está encostada ao torreão semicircular.

É bem visível que neste ponto o adarve adaptou-se e configurou-se de acordo com o referido torreão.

A remoção de um talude, com uma cronologia recente, permitiu visualizar na íntegra, a face externa Oeste da muralha do castelo – U.E. [137].

Construído com silhares em granito, estes apresentam um conjunto de marcas de canteiro.

O aparelho é isódomo sendo perfeitamente visível duas troneiras cruzetadas.

acta 3

O Castelo de Torre de Moncorvo na Idade Média face aos resultados da intervenção de 2001

António Chénery

“Nenhum homem sensato teria pensado nisso”.

Michelet, Prefácio à História de França

(Bourdé e Martin, 1983: 94).

Descrição das estruturas defensivas

2. Sondagem 2

Identificou-se igualmente o troço da cerca em alvenaria de xisto.

Neste ponto, ela continua com uma largura 2.40 m e uma altura conservada de 1 m – U.E. [210].

Esta começa a flectir ligeiramente para Norte, continuando a acompanhar o trajecto da cerca em granito - U.E. [214].

Esta também continua a ter, neste ponto, uma largura de 2.60 m.

Contudo, o adarve apresenta uma largura mais reduzida, do que na sondagem anterior, nomeadamente: 2m.

De salientar a U.E. [218] que corresponde a um nível resultante da destruição da cerca em alvenaria de xisto.

3. Sondagem 3

Continuou-se a identificar a cerca em alvenaria de xisto – U.E. [312].

A largura é menor: 2.20 m.

No entanto, a altura conservada é significativa: 2 m.

De facto, nesta zona o seu estado de conservação era apreciável.

O torreão semicircular – U.E. [330] – colocado a descoberto nesta sondagem, com um diâmetro de 5.40 m e uma altura conservada de 2/3 m, é também construído em alvenaria de xisto.

Encontra-se igualmente adossado à cerca em xisto.

É de salientar que nesta sondagem foram encontrados vestígios importantes de um edifício datado do séc. XIII.

4. Sondagem 4

Os trabalhos efectuados nesta sondagem permitiram colocar principalmente a descoberto as estruturas relativas ao solar do séc. XVIII da família Carneiro de Vasconcelos.

Ainda nesta sondagem surge a cerca em alvenaria de xisto.

Nesta área a sua largura é de 2.20 m, o que nos permite adiantar que seria a largura média desta estrutura defensiva. A altura conservada é de 2 m.

5. Sondagem 5

Toda a área correspondente a esta sondagem sofreu um entulhamento maciço no séc. XIX.

Este foi o resultado da destruição do castelo o que terá provocado na altura a indignação de Alexandre Herculano.

A cerca em granito – U.E. [514] - já anteriormente identificada, surge também nesta sondagem, porque o castelo quando foi construído, incorporou-a no seu interior.

Denota-se igualmente que foi construída com silhares em granito que possuem um formato muito menos regular em comparação com o aparelho isódomo das muralhas do castelo.

Apresenta uma largura média de 2.80 m e conserva ainda uma altura de 3 m.

Das muralhas do castelo é possível visualizar as suas faces internas - U.E.s [547 e 551] - onde mais uma vez é notório os silhares graníticos, de formato essencialmente rectangular, com um aparelho isódomo bem delineado.

O miolo – U.E. [510 e 548] – é constituído por camadas de pedras de pequeno e médio porte em granito e em xisto, compactadas com argamassa e dispostas sucessivamente de uma forma linear.

A largura média da muralha é de 2.10 m, a largura máxima é de 2.60 m e altura conservada ronda os 5 m.

O paredão em blocos em granito – U.E. [515] –, que veio a ocupar o lugar do cubelo anteriormente existente, foi construído em 1869.

Os resultados obtidos com a escavação arqueológica permitem-nos verificar 3 grandes fases no castelo de Torre de Moncorvo, se exceptuarmos a ocorrida no séc. XIX, que corresponde à sua destruição.

O momento em que ocorreram é questionável.

Contudo, conjugando os vestígios arqueológicos com os documentos disponíveis, cremos que terá ocorrido do seguinte modo.

Conclusões

1. 1ª Fase (séc. XIII)

Em 1249 com a tomada de Albufeira e Porches, últimos redutos muçulmanos em território português, findava o processo da (re)conquista.

A preocupação principal, em termos militares, tornar-se-á a defesa da fronteira leste do país (Barroca, 2003: 62).

No decurso dos reinados de D. Afonso III e de D. Dinis, a criação de vilas de raiz, culmina numa reorganização do território de Trás-os-Montes. Estas vilas localizar-se-ão principalmente junto à fronteira, indicando uma preocupação defensiva.

A vila “será o lugar da concentração do poder” (Gomes, 1993: 171), local onde desenvolver-se-ão as actividades urbanas e a cerca que a rodeia, o símbolo desse poder efectivado com a defesa da fronteira e das populações.

Do conjunto destas novas vilas surge Torre de Moncorvo.

Em 1258 é mencionada pela primeira vez, nas Inquirições de D. Afonso III, como aldeia do termo de Santa Cruz da Vilariça.

Em 1285 recebe foral de D. Dinis herdando-lhe o termo.

A implantação de Torre de Moncorvo “num amplo esporão [permitirá delimitar] um espaço urbano muito regular” (Gomes, 1993: 184).

A vila tinha então, dois eixos longitudinais e algumas travessas perpendiculares e estaria rodeada por uma cerca em alvenaria de xisto construída no reinado de D. Dinis, aproximadamente entre 1285-1295.

Um documento de 17 de Novembro de 1295 consolida esta perspectiva quando nele registamos obras de fortificação em Torre de Moncorvo (doc. in Arquivo Histórico de Torre Moncorvo).

Sobre os torreões semi-circulares, poder-se-ia dar o caso de serem escassamente posteriores à construção da dita cerca?

Nos castelos mais antigos os torreões são acrescentados em remodelações que são efectuadas (Barroca, 2003: 109), neste caso, por estarem nitidamente adossados, podem ter sido construídos a seguir a 1296, integrados no programa de reformas após o tratado de Alcanises, numa data entre 1296-1310 (Barroca, 2003: 117).

2. 2ª Fase (séc. XIV)

Ao confrontarmos com a cerca construída em granito, verificamos que a técnica construtiva é diferente, sendo por demais evidente.

Os silhares têm um formato irregular, não apresentam marcas de canteiro e estão sobrepostos em fiadas com uma linearidade tosca (Figs. 1 e 3).

Na cerca em granito é perfeitamente visível o adarve (caminho da ronda) sendo possível observar uma pequena torre rectangular, edificada com a mesma técnica construtiva.

A existência deste troço da cerca em granito levanta um dilema.

Nesta zona, seria a edificação da cerca em alvenaria em xisto interrompida, para dar imediatamente lugar à construção do troço em granito?

Cremos que não e que a cerca em alvenaria em xisto, construída no reinado de D. Dinis, foi posteriormente aqui desmantelada.

Estaríamos assim perante um reforço da cerca, na zona mais frágil e susceptível a ataques de exércitos inimigos, nomeadamente, no acesso ao esporão.

Esta remodelação poderá ter ocorrido no reinado de D. Pedro I (1357-1367), como poderá testar um documento de 1366.

Este menciona obras de restauro efectuadas pelos habitantes de Urros e Peredo, obrigados a prestarem adua.

Competir-lhes-ia que “sservissem e ajudassem a ffazer ho muro da dita vyla da toor e aa barbaca e ajudassem aalimpar a carcova da dita vyla da torre” (doc. in Alves, 1981, IV: 277-278). Este muro iria “des ho cubo novo ataa cubo da porta do castelo” (doc. in Alves, 1981, IV: 277-278).

Cremos que o muro, referido neste documento, seja o troço da cerca em granito.

A referência explícita, da construção de uma barbacã, que em “termos gerais [é] um muro de altura mais baixa do que a muralha” (Monteiro, 1999: 86), vai ao encontro da afirmação de que seria um “elemento [inovador] do castelo gótico [associado] ao curto reinado de D. Pedro I “ (Monteiro, 2002: 661).

3. 3ª Fase (séc. XIV)

Rodeada por uma cerca em xisto com torreões semicirculares, fortalecida a Sul e parcialmente a Este por um troço edificado em granito, com torres de planta rectangular e possivelmente com quatro portas, assim se apresentava Torre de Moncorvo em vésperas das Guerras Fernandinas (1369-1371;1372-1373;1381-1382).

Em 1372, no decorrer das referidas guerras, Torre de Moncorvo é cercada sendo queimados “gram parte dos aravaldes e termhos que avyam” (doc. in Alves, 1981, IV: 285-288).

Estas guerras, resultantes da pretensão de D. Fernando em ascender ao trono de Castela, terão contribuído para que a fisionomia da cerca de Torre de Moncorvo se modificasse drasticamente.

Consequentemente, é provável que, após o cerco de 1372, fosse construído o castelo, com o intuito de fortalecer eficazmente a vila e consolidar a defesa da fronteira e da região circundante.

Num documento de 6 de Março de 1376, D. Fernando manda o ouvidor Diogo Gil a Torre de Moncorvo e este “mandou que ffizessem en ella oyto cubos mays dos que tynham em logares certos” (doc. in Alves, 1981, IV: 280-282).

Há nitidamente uma preocupação de reforço defensivo.

No mesmo documento é mencionado novamente os “oyto cubos que lhe o dito diogo gil mandou que ffezessem arredor da dita cerca para affortellegamento da dita vylla que per hy ssera mays fforte e melhor esguardada do que he e que elles faram a dita ffortaleza de pedra e call ou de canto talhado” (doc. in Alves, 1981, IV: 280-282).

Esta referência a uma fortaleza a ser construída, com as indicadas características, cremos que seja o castelo e vai ao encontro da afirmação de que “durante os reinados fernandino e joanino, houve lugar a grandes campanhas de obras de reforço e restauro de castelos e cercas urbanas [estando] sempre presente a intenção de garantir que as fortalezas estivessem equipadas com torres de menagem” (Monteiro, 2002: 662).

A obra será tão dispendiosa, que num documento de 15 de Julho de 1377, os homens bons

e o concelho de Torre de Moncorvo solicitam apoio ao rei, devido às dificuldades financeiras porque “non avyam renda tamanha pera essa obra” (doc. in Alves, 1981, IV: 283-284).

É, por conseguinte, determinado que Vila Flor e o seu termo, como também Vila Nova de Foz Côa e o seu termo, contribuam com as aduas para o término dos trabalhos, enquanto as aldeias de Urros e Maçores “que ssom termho da dita vylla da Torre de mencorvo que ssyrvham e ajudem daqui en deante en nas ditas obras da dita vylla” (doc. in Alves, 1981, IV: 283-284).

Deste modo, cremos que, conjugando os resultados arqueológicos, os documentos mencionados, bem como as características arquitectónicas, que mencionaremos imediatamente, que o castelo de Torre de Moncorvo foi mandado erguer no reinado de D. Fernando.

Localizado no extremo Sul da vila, o castelo possuía uma planta trapezoidal.

As suas muralhas foram edificadas com silhares de granito, muitos com marcas de canteiro, com um talhe regular e linear, formando fiadas sucessivamente sobrepostas, aparentando um perfeito aparelho isódomo (Figs. 2, 4 e 5).

Na face externa Oeste da muralha do castelo é possível identificar duas troneiras cruzetadas situadas numa cota baixa. Na face externa Este da muralha do castelo é também possível visualizar uma outra troneira cruzetada situada igualmente a uma cota baixa.

Estas troneiras permitiriam o acolhimento de armas de fogo.

Esta característica arquitectónica enquadra-se na afirmação de que “ao longo da segunda metade do séc. XIV, e muito especialmente durante o século XV” a arquitectura militar desenvolve-se, adaptando-se à nova realidade das armas de fogo (Monteiro, 1999: 37).

Ladeado somente por uma linha de silhares existe o miolo.

Este foi construído com fiadas sobrepostas sucessivamente, de pedras principalmente em granito e em menor número em xisto, de médias e pequenas dimensões, prensadas por argamassa.

O castelo possuía uma torre de menagem que seria de planta quadrangular e uma outra torre de menor altura que seria de planta rectangular.

Sendo mais um exemplo arquitectónico do triunfo da defesa activa, a localização da torre de menagem “torna-se [num] dispositivo solidário com o conjunto em que se integra. Desloca-se para junto da muralha, aproximando-se das zonas onde a defesa era mais sensível e difícil” (Barroca, 2003: 119).

Os dois cubelos, que estavam situados em duas extremidades do castelo, são mais uma “presença [que] o século XIV e a primeira do século XV se encarregarão de consagrar” (Monteiro, 1999: 35).

Na planta do castelo de Torre de Moncorvo, datada do séc. XIX (Chéney e Carvalho, 2005: 271) é possível averiguar que ambas as torres estavam integradas numa área destinada à habitação, sendo visível em cada uma, uma janela.

Esta função residencial será um processo delineado a partir dos finais do século XIV e no século XV (Barroca, 1990/91: 125)

Contudo, a sua função militar, a razão principal para a qual foram erguidas, não se perde (Monteiro, 2003: 167).

No entanto, para além das características arquitectónicas inovadoras mencionadas, o mais inquietante é verificarmos que, para além da técnica construtiva ser diferente, entre a muralha do castelo e a cerca em granito, esta é incorporada no castelo (Chéney e Carvalho, 2005: 265). De aparelho bem diferente, o castelo será de construção mais recente, absorvendo uma parte da cerca, de cronologia mais antiga, integrando-a no novo dispositivo defensivo, perfeitamente visível na planta do castelo de Torre de Moncorvo datada do séc. XIX e do desenho de Miguel

José Castelinho de 1815 (Chéney e Carvalho, 2005: 271).

Na verdade, as muralhas do castelo incorporam a cerca em granito.

E estão simplesmente adossadas à dita cerca, o que fragiliza profundamente a eficácia defensiva (Figs. 6 e 7).

Esta visível vulnerabilidade levanta a questão da operacionalidade e correcta concepção do castelo.

No verão de 1381, Trás-os-Montes conhece uma nova invasão castelhana, tendo sido conquistados os importantes castelos de Miranda do Douro e Mogadouro.

Entretanto, estaria o castelo de Torre de Moncorvo já terminado?

Cremos que sim, senão Torre de Moncorvo seria um alvo fácil.

De facto, pensamos que para a época e mesmo para a região, o castelo seria uma “ffortaleza” possante e dissuasora.

Mas seriam as dificuldades inerentes a uma época de guerra, os problemas financeiros ou simplesmente estarmos perante um período de transição entre guerras efectuadas sem/com armas de fogo o motivo por esta concepção, que contraria um princípio primário?

Que uma muralha simplesmente adossada a uma outra é um ponto frágil e que não responde principalmente aos desafios das armas de fogo, lentamente generalizadas na Europa entre 1325 e 1449 (Monteiro, 2003: 166) e que apesar de “documentadas desde... o reinado de D. Fernando, não [implicaram] alterações significativas na fisionomia dos nossos castelo, antes dos meados do séc. XV” (Monteiro, 2003: 167).

Estamos perante a edificação de um dos primeiros castelos aptos para a guerra com armas de fogo mas ainda com uma falha arquitectónica grossa, que não teve em conta, devido a desconhecimento, do potencial demolidor da artilharia?

Concluindo, edificado entre 1372-1381, cremos que estamos perante um castelo com características arquitectónicas avançadas para a época mas com fragilidades que são evidentes perante uma artilharia de ataque que se desenvolverá em pleno séc. XV, nos “reinados de D. Afonso V e de D. João II [que] vão de 1438 a 1495” (Duarte, 2003: 364).

figuras



fig. 1



fig. 2



fig. 3



fig. 4



fig. 5



fig. 6

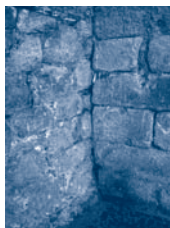


fig. 7

bibliografia

- ALMEIDA, C. A. F. (2000) – *Castelologia Medieval de Entre-Douro-E-Minho: Desde as origens a 1220*. [Trabalho complementar para a prestação de provas de doutoramento em História de Arte, policopiado].
- ALVES, F. M. (1981) – *Memórias Arqueológicas-históricas do distrito de Bragança. Tomos II a XI*. Bragança: Museu do Abade do Baçal.
- ABREU, C. d' (2000) – *O castelo da Vila de Torre de Moncorvo (e contributos para a história da sua destruição)*. Douro: Estudos e Documentos. Porto. 5: 10, p. 73-98.
- ARMAS, D. de (2006) – *Livro das Fortalezas*. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo; Edições Inapa (fac-simile do Ms. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo). Introdução de Manuel da Silva Castelo Branco.
- BARROCA, M. J. (1990/1991) – *Do castelo da reconquista ao castelo românico (séc. IX a XII)*. Portugália. Porto. 11-12: Nova Série, p. 89-136.
- BARROCA, M. J. (2003) – *Da reconquista a D. Dinis*. In MATTOSO, J. (coord.) – *Nova História Militar de Portugal. Vol. I*. Mem Martins: Círculo de Leitores, p. 21-162.
- BOURDÉ, G.; MARTIN, H. (1983) – *As Escolas Históricas*. Mem Martins: Publicações Europa-América (Fórum da História).
- CARQUEJA, M. da A. (1955) – *Subsídios para uma monografia da vila de Torre de Moncorvo*. [Tese de dissertação de licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas, FLUC, Coimbra, policopiado].
- CHÉNEY, A.; CARVALHO, P. S. de (2001) – *Relatório Final: Sondagens e escavações arqueológicas na zona do castelo de Torre de Moncorvo*. [Arqueohoje - Conservação e Restauro do Património Monumental, Lda, policopiado].
- CHÉNEY, A.; Carvalho, P. S. de (2005) – *O castelo de Torre de Moncorvo: Resultados da intervenção de 2001*. Côa: Cultura e Ciência. Vila Nova de Foz Côa. 7 (Actas do I Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior, organizado entre 29 de Abril e 2 de Maio de 2004), p. 251-273.
- DUARTE, L. M. (2003) – *A marinha de guerra: A pólvora: O Norte de África*. In MATTOSO, J. (coord.) – *Nova História Militar de Portugal. Vol. I*. Mem Martins: Círculo de Leitores, p. 289-441.
- FERNANDES, I. (2001) – *Torre de Moncorvo: Município tradicional*. Torre de Moncorvo: Câmara Municipal de Torre de Moncorvo.
- GOMES, P. D. (1993) – *O povoamento medieval em Trás-os-Montes e no Alto-Douro: Primeiras impressões e hipóteses de trabalho*. Arqueologia Medieval. Porto: Edições Afrontamento. 2, p. 171-190.

GOMES, P. D. (1998) – *Centros de povoamento: Um percurso pelas vias medievais*. In LIMA, A. C. P. S., ed. - *Terras do Côa: da Malcata ao Reboredo: Os valores do Côa*. Maia: Estrela-Côa, p. 15-22.

MONTEIRO, J. G. (1999) – *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri; Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

MONTEIRO, J. G. (2002) – *Reformas góticas nos castelos portugueses ao longo do século XIV e na primeira metade do século XV*. In *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. Lisboa: Edições Colibri; Câmara Municipal de Palmela, p. 659-666.

MONTEIRO, J. G. (2003) – *De D. Afonso IV (1325) à batalha de Alfarrobeira (1449): Os desafios da maturidade*. In MATTOSO, J. (coord.) – *Nova História Militar de Portugal. Vol. I*. Mem Martins: Circulo de Leitores, p. 163-288.

MORENO, H. B. (1982) – *A vila de Torre de Moncorvo no reinado de D. João I*. Porto.

REBANDA, N. (1986) – *O castelo de Torre de Moncorvo na geo-estratégia do Douro Superior: Sua origem, existência e morte*, [Comunicação apresentada ao I Congresso Internacional sobre o Rio Douro, policopiado].

REBANDA, N. (1988) – *Sondagens arqueológicas no castelo de Moncorvo*. [Relatório apresentado ao IPPC, policopiado].

REBANDA, N. (s./d.) – *Fortificações medievais de Torre de Moncorvo (Trás-os-Montes) – Estudo diacrónico*. [Texto policopiado].

REBANDA, Nelson (s./d.) – *Fortificações defensivas do período medieval no Sul do distrito de Bragança – Norte da Guarda: O caso de Vila Velha / Santa Cruz da Vilarça no concelho de Torre de Moncorvo*. [Texto policopiado].

RODRIGUES, M. A.; REBANDA, N. (1992) – *Cerâmica medievais do Baldoeiro (Adeganha – Torre de Moncorvo)*. In *Actas das 1as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval (Tondela de 28 a 31 de Outubro de 1992)*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, p. 51-66.

RODRIGUES, M. A.; REBANDA, N. (1998) – *Cerâmicas medievais do povoado desertificado de Stª Cruz da Vilarça*, *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e resultados para o seu estudo*, Tondela de 22 a 25 de Março de 1995, Câmara Municipal de Tondela, p. 101-126.

SOUSA, F. de (1982) – *O arquivo municipal de Moncorvo*. Porto: [s.n.].